



CMVM

# **Atividade da CMVM e Quadro Regulatório 2012 –2013**

## ▶ ATIVIDADE DA CMVM

### ▶ Integridade, Credibilidade e Segurança no Mercado

Intermediação Financeira	2013
Ações de Supervisão Presenciais	19
Instituições de Crédito, Sociedades Corretoras e Sociedades Financeiras de Corretagem	9
Sociedades Gestoras de Patrimónios	2
Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Imobiliário	2
Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento Mobiliário	2
Sociedades de Capital de Risco	4
Sociedades Gestoras de Fundos de Titularização	-
Sociedades de Titularização de Créditos	-
Entidades Comercializadoras de <i>Unit-linked</i>	-
Sucursais de Empresas de Investimento	-

## ► Integridade, Credibilidade e Segurança no Mercado (cont.)

Intermediação Financeira   Fundos de Investimento	2013
<b>Ações de Supervisão à distância</b>	
Ação de Supervisão a auditores	4
Relatórios de Controlo Interno	53
Relatórios dos Auditores Externos	284*
Relatórios de <i>Research</i> (análise rápida e aprofundada)	57
<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Em 2013 foram identificadas 672 recomendações</li> </ul>	
<b>Processos relativos a Erros de Valorização de Unidades de Participação de Fundos de Investimento:</b>	<b>483</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Relativos a fundos de investimento mobiliários</li> </ul>	222
<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Relativos a fundos de investimento imobiliários</li> </ul>	261
Relatórios de Avaliação de Imóveis	242
<b>Supervisão sobre Produtos Financeiros Complexos</b>	
Publicidade e IFI relativos a PFC	574
Em 2013, 84% dos documentos (publicidade e IFI) relativos a PFC sofreram alterações a pedido da CMVM. O alerta vermelho foi aplicado a 74 peças publicitárias e a 172 IFI.	

\* Dados referentes ao primeiro semestre de 2013.

## ► Investigação e Crimes de Mercado

### Transações suspeitas detetadas e investigadas pela CMVM

Tipo	Total de 2013	Transitados	Concluídos em 2013
Abuso de informação privilegiada	13	0	12
Manipulação de mercado	12	3	8
Exercício não autorizado de intermediação	23	5	17
Outras irregularidades	7	1	5
Processos de análise de operações	70	34	37
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>43</b>	<b>79</b>

## ► Supervisão de Operações mais relevantes

- ✓ OPV dos CTT (primeira operação desde 2008)
- ✓ Operação de fusão entre Zon Multimédia e Optimus (ZON Optimus)
- ✓ Banif (OPT sobre instrumentos de dívida)
- ✓ Banif (aumentos de capital em julho e outubro)
- ✓ Saídas do mercado (ações) de Brisa e Banco Popular Español

## ► **Contraordenações**

No ano de 2013 foram abertos 48 processos de contraordenação e foram decididos 27. Foram aplicadas coimas no valor de 1.097.500€.

Em nove julgamentos na primeira instância, a CMVM ganhou oito e perdeu um; em duas decisões do Tribunal da Relação houve uma declaração de prescrição e uma que confirmou na íntegra a decisão da CMVM. A 31 de dezembro estavam pendentes 12 processos em tribunal.

Os processos de contraordenação em curso à data de 31 de dezembro eram 109.

Contraordenações	2013
Acusações	13
Processos Sumaríssimos	10
Advertências	2
Processos decididos	27
Coimas aplicadas (processos não impugnados)	1.097.500€
Processos decididos e não impugnados	18

Fonte: CMVM

## ► Extra-Contraordenacional 2013

Em 2013 correram na CMVM 39 processos de contencioso extra-contraordenacional, em que a CMVM é sujeito processual, 7 dos quais findaram durante o ano, pelo que em 31 de Dezembro se encontravam pendentes 32 processos.

Extra-Contraordenacional 2013 <sup>(1)</sup>	Processos Judiciais Iniciados	Peças Processuais Apresentadas (contestações, recursos, etc.)	Julgamentos	Sentenças / Acordãos Proferidos
Contencioso Administrativo	2	4	-	4
Contencioso Tributário (taxas)	1	2	-	2
Contencioso Cível	2	2	3	1
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>7</b>

Fonte: CMVM

(1) A CMVM assegura também o apoio no contencioso extra-contraordenacional em que são sujeitos processuais o SII e o CNSA e também no contencioso comunitário, colaborando com o Ministério das Finanças nos processos de reenvio a título prejudicial para ao Tribunal de Justiça da União Europeia, quer na fase de apresentação de observações escritas, quer já na fase de alega-

## ► Apoio aos Investidores

Em 2013 foram concluídos 730 processos de reclamação e recebidas 445 reclamações de investidores, 1.679 pedidos de informação, 2.322 pedidos de certidões e 63 denúncias.

Os investidores podem, desde dezembro de 2012, consultar o estado do processo de reclamação através do *site* da CMVM.

### Reclamações e Pedidos de Informação

	2012	2013
<b>Reclamações e Pedidos de Informação</b>		
Reclamações Recebidas	601	445
Pedidos de Informação (PI's) Recebidos	1.904	1.679
Total de Reclamações e PI's Recebidos	2.505	2.124

Fonte: CMVM

#### Assuntos mais versados nas reclamações:

- ✓ Irregularidades quanto a deveres de informação aos investidores
- ✓ Custos e comissões
- ✓ Receção, transmissão e execução de ordens
- ✓ Comercialização de instrumentos financeiros complexos e de organismos de investimento coletivo
- ✓ Registo e depósito de valores mobiliários

## ▶ Outras Iniciativas da CMVM

- ✓ **Obrigações no retalho:** As empresas privadas passaram, na sequência das restrições no acesso ao financiamento decorrentes da crise financeira, a comercializar com mais intensidade títulos de dívida junto do público. Com vista à proteção dos investidores e com o intuito de reforçar a informação prestada, a CMVM:
  - ◆ **Criou um simulador de obrigações** que permite aos utilizadores conhecerem quais os custos em que incorrem e a rentabilidade esperada do eventual investimento em obrigações, disponibilizando também tabelas comparativas de preços praticados pelos intermediários financeiros;
  - ◆ **Emitiu instrução** pela qual as entidades comercializadoras de obrigações de empresas junto de particulares devem prestar um conjunto mais vasto de informação aos potenciais investidores, tal como, a apresentação de uma simulação com os custos totais em que estes incorrem.
  
- ✓ **Protocolo CMVM / APB** assinado a 10 de Dezembro de 2013 entre a entidade reguladora e 19 bancos que exercem atividade de intermediação financeira, sobre a comercialização de produtos financeiros complexos. Define também requisitos quanto à qualificação dos colaboradores na comercialização deste tipo de produtos e à prevenção de conflitos de interesses.





## REFORMA REGULATÓRIA EM CURSO

- ✓ Transposição da Directiva AIFMD
- ✓ Revisão do Regime Prudencial das Sociedades Gestoras de Sistemas de Negociação Multilateral
- ✓ Alterações à Lei sobre recapitalização das instituições de crédito
- ✓ Alterações ao regime jurídico das agências de notação de risco
- ✓ Revisão da Directiva da Transparência
- ✓ Transposição da Directiva dos conglomerados financeiros
- ✓ Desenvolvimento e execução do novo regime jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo
- ✓ Revisão da Directiva do Abuso de Mercado
- ✓ Revisão da Directiva do Mercado de Instrumentos Financeiros

## ▶ Alterações regulamentares no último ano, decorrentes:

- ✓ da transposição de legislação europeia
- ✓ de iniciativas próprias em resposta ao contexto específico do mercado nacional.

## ▶ Reforço da proteção do investidor e da competitividade do sector financeiro nacional:

### ✓ Plano Legal

#### A nível nacional:

- ◆ Transposição da OMNIBUS I (alterações à Diretiva dos Prospetos e à Diretiva da Transparência), com aprovação do DL 18/2013, de 6/02;
- ◆ Transposição da Diretiva UCITS IV, com aprovação do DL 63-A/2013, de 10/05 (Regime Jurídico dos OIC);
- ◆ Execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento EMIR (autorização legislativa concedida pela Lei 6/2014, de 12/02);
- ◆ Alterações ao regime jurídico do papel comercial (DL 29/2014, de 25/02);
- ◆ Transposição da Diretiva AIFMD (diplomas legislativos e respetiva regulamentação pela CMVM);
- ◆ Transposição da Diretiva 2011/89/UE, de alteração da Diretiva dos conglomerados financeiros;
- ◆ Revisão do regime prudencial das Sociedades Gestoras de Sistemas de Negociação Multilateral, na sequência do pacote CRD IV;
- ◆ Alterações à Lei 63-A/2008, de 24/11, sobre recapitalização das instituições de crédito.
- ◆ Novo regime jurídico do sector público empresarial (DL 133/2013, de 03/10).

## ✓ Plano Legal (cont.)

### A nível europeu

- ◆ Alterações ao regime jurídico das agências de notação de risco (Regulamento (UE) nº 462/2013 e Diretiva 2013/14/UE);
- ◆ Revisão da Diretiva da Transparência, através da Diretiva 2013/50/UE;
- ◆ 3 novos regulamentos (1 delegado e 2 de execução) sobre a matéria da AIFMD;
- ◆ Regulamentos sobre Fundos Europeus de Capital de Risco (EuVeCa) e Fundos Europeus de Empreendedorismo Social (EuSEF);
- ◆ Diretiva sobre as demonstrações financeiras anuais e consolidadas de certas formas de empresas (Diretiva 2013/34/UE);
  
- ◆ Legislação europeia em negociação:
  - ◆ Revisão da DMIF (em fase de trólogos entre Comissão, PE e Conselho);
  - ◆ Revisão da Diretiva do abuso de mercado (acordo obtido em trólogo);
  - ◆ Revisão da Diretiva UCITS (proposta de Diretiva UCITS V acordada entre PE e Conselho);
- ◆ Propostas de Regulamento relativas a PRIP - pacotes de produtos de investimento de retalho e CSD - central de depósito de títulos (ambas em fase de trólogos);
- ◆ Proposta de Diretiva sobre resolução e recuperação de instituições de crédito e empresas de investimento (acordo obtido em trólogo);
- ◆ Proposta de Diretiva sobre a divulgação de informações não financeiras por parte de certas grandes sociedades e grupos (acordo entre PE e Conselho).

## ✓ Plano Legal (cont.)

- ◆ **Novas propostas legislativas** e assuntos em foco:
  - ◆ Proposta de Regulamento sobre a utilização de índices como *benchmarks*;
  - ◆ Trabalhos em curso sobre direito dos valores mobiliários, direito dos acionistas e governo das sociedades.
  - ◆ No âmbito das medidas de combate ao sistema bancário paralelo (*shadow banking*):
    - ◆ Proposta de Regulamento relativo a fundos do mercado monetário;
    - ◆ Proposta de Regulamento sobre transparência das operações de financiamento através de valores mobiliários (v.g. operações de empréstimo e de compra de valores mobiliários);
    - ◆ Concretização do *Legal Entity Identifier* (LEI), uma iniciativa do FSB.
  - ◆ No âmbito das estratégias de financiamento e de crescimento:
    - ◆ Proposta de Regulamento sobre fundos europeus de investimento de longo prazo;
    - ◆ Consulta pública sobre *crowdfunding*;
    - ◆ Consulta pública sobre o Livro Verde da Comissão Europeia “O financiamento a longo prazo da economia europeia” (conexão com planos de ação do G20)

**OCDE—Revisão dos princípios relativos ao Governo das Sociedades**

## ✓ **Plano Regulamentar**

- ◆ **Regulamento CMVM n.º 2/2012**, sobre deveres informativos relativos a produtos financeiros complexos (com início de vigência em 01/2013) e protocolo celebrado entre a CMVM e 19 bancos, relativo à comercialização desses produtos junto de investidores de retalho;
- ◆ **Regulamento CMVM n.º 4/2013**, sobre governo das sociedades (revoga o Regulamento da CMVM n.º 1/2010) e novas recomendações da CMVM sobre essa matéria;
- ◆ Desenvolvimento e execução do novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo (OIC), através do:
  - ◆ **Regulamento da CMVM nº5/2013**, sobre Organismos de Investimento Coletivo e Comercialização de Fundos de Pensões Abertos de Adesão Individual (revoga os Regulamentos da CMVM nºs 15/2003 e 8/2007); e
  - ◆ **Regulamento da CMVM nº 6/2013**, sobre a contabilidade dos Organismos de Investimento Coletivo (altera o Regulamento da CMVM nº 16/2003).

## ✓ **Protocolo**

A CMVM celebrou em dezembro de 2013 um Protocolo com 19 Bancos relativo à Comercialização de Produtos Financeiros Complexos junto de Clientes de Retalho. Os bancos são: Banco Best, Banco BIC Português, BBVA, Banco BPI, BCP, BIG, BES, Banco Invest, Banco Popular Portugal, BPI, Banco Santander Totta, Banif – Banco Internacional do Funchal, Banif Banco de Investimento, Barclays Bank PLC, BNP Paribas, Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Caixa Económica Montepio Geral, CGD, Deutsche Bank AG.

## ✓ Consultas Públicas

### Findas:

#### ◆ Consulta Pública n.º 4/2013

Projeto de Regulamento da CMVM Relativo ao Registo dos Auditores e seus Deveres e Proposta de Alteração do artigo 9.º do CdVM

(Documento submetido a consulta pública até ao dia 15 de janeiro de 2014)

#### ◆ Consulta Pública do CNSF n.º 1/2013

A Avaliação e Valorização de Imóveis - Uma abordagem Integrada para o Sistema Financeiro Português

(Documento submetido a consulta pública até ao dia 15 de janeiro de 2014)

#### ◆ Consulta Pública n.º 3/2013

Projeto de Revisão do Regulamento da CMVM sobre OIC

(Documento submetido a consulta pública entre 22 de Abril e 22 de Maio de 2013)

#### ◆ Consulta Pública n.º 2/2013

Projeto de Regulamento da CMVM sobre Governo das Sociedades Cotas e Projeto de Alteração ao Código do Governo das Sociedades

(Documento submetido a consulta pública entre 05 e 28 de Março de 2013)

#### ◆ Consulta Pública n.º 2/2012

Transposição da Diretiva relativa ao prospeto a publicar em caso de oferta pública ou da sua admissão à negociação e da Diretiva relativa à harmonização dos requisitos de transparência respeitantes aos emitentes

(Documento submetido a consulta pública entre 04 de Maio e 04 de Junho de 2012)

#### ◆ Consulta Pública n.º 1/2012

Projeto de Regulamento sobre Informação, Publicidade e Comercialização de Produtos Financeiros Complexos

(Documento submetido a consulta pública entre 24 de Janeiro e 28 de Fevereiro de 2012)

## ✓ **Orientações da ESMA**

- ◆ **Reclamações de Investidores** – Linhas de Orientação da ESMA e da EBA no Tratamento de Reclamações
- ◆ **Questionários de Adequação** – Orientações relativas a determinados aspetos dos requisitos da DMIF em matéria de adequação
- ◆ **OPA** – ESMA Clarifica Conceitos de Cooperação e Concertação entre Acionistas no Âmbito de Ofertas Públicas de Aquisição
- ◆ **IFRS** – ESMA Divulga Prioridades nas Regras a Aplicar aos Registos Contabilísticos em 2013
- ◆ **Short-Selling** – Linhas de Orientação da ESMA sobre Critérios para Dispensa do Reporte Obrigatório em Operações de Short-Selling
- ◆ **Fundos do mercado monetário** - Orientações sobre fundos do mercado monetário;
- ◆ **Remuneração** - Orientações sobre políticas e práticas de remuneração no âmbito da DMIF.
- ◆ **Produtos Financeiros Complexos** - Orientações para as empresas que vendem produtos financeiros complexos.

## LITERACIA FINANCEIRA

### Algumas Iniciativas do Plano Nacional de Formação Financeira

- ✓ **Criação do Portal “Todos Contam”**, em julho de 2012;
- ✓ **Dia da Formação Financeira**, iniciativa anual que celebra o Dia Mundial da Poupança (31 de outubro) com participação da CMVM, Banco de Portugal e Instituto de Seguros de Portugal, e das entidades parceiras que fazem parte das Comissões de Acompanhamento;
- ✓ **Lançamento do Concurso “Todos Contam”**, junto das escolas, uma iniciativa que já conta com duas edições;
- ✓ **Referencial de Educação Financeira**
- ✓ **Lançamento de um programa de formação de professores** organizado pelo Ministério da Educação e Ciência, com apoio dos supervisores financeiros. As primeiras ações iniciaram a 15 de Fevereiro.

### **Outras Iniciativas da CMVM**

- ✓ **Publicação de 9 brochuras** sobre ações, obrigações, fundos de investimento, produtos financeiros complexos, bem como sobre recomendações aos investidores em produtos financeiros complexos, adequação do instrumento financeiro ao perfil do investidor, a informação que deve ser prestada pelos intermediários financeiros e sobre o Sistema de Indemnização aos Investidores;
- ✓ **Desenvolvimento no site da CMVM** de uma área específica sobre produtos financeiros complexos e de recomendações aos investidores neste tipo de produtos.





**CMVM**  
COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
Rua Laura Laves, n.º 4  
1064-003 Lisboa

Telefone: 21 317 70 00  
Fax: 21 353 70 77  
E-mail: [cmvm@cmvm.pt](mailto:cmvm@cmvm.pt)  
Site: [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)